



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 1959

PRESTAÇÃO DE CONTAS AO Povo, NO
TRANSCURSO DO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE
SUA ADMINISTRAÇÃO, EM DISCURSO RADIO-
DIFUNDIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL E SUA
RÉDE NO PAÍS.

- 64 No limiar do meu quarto ano de governo, posso falar aos meus concidadãos com a consciência de que empreguei, da melhor forma, o meu tempo de Presidente da República. Aqui estou nesta manhã, tranquilo — sem procurar enfeitar-me com palavras de vanglória — a fim de prestar contas aos partidos que me elegeram, ao povo, a toda a opinião pública do meu país, dos esforços que despendi para levar avante um programa que, mais do que os homens de hoje, os de amanhã terão de reconhecer como básico à nossa segurança e indispensável ao desenvolvimento nacional.
- 65 Das críticas que me têm sido feitas, uma delas acolho com desvanecimento — a de que o governo está pensando no futuro do país. Não hesito em confessar que, realmente, desejo que nossos descendentes encontrem uma época menos incerta do que a atual, um país incomparavelmente mais forte, rico e sólido do que o dos nossos dias. Nada há mais nobre do que

pensar uma geração, em termos de desprendimento, nas gerações futuras que hão de ter melhores condições de vida, graças ao esforço das que as precederam e tiveram para elas um pensamento generoso, animadas por um sentimento de dedicação e de amor capaz de transcender as fronteiras do egoísmo. É raro privilégio contribuirmos para que este país alcance o dia de amanhã em situação de grandeza, mesmo que nossos trabalhos sejam redobrados no presente. Não me atirei, porém, a uma ação adiável, nem agi movido pela ambição de marcar minha passagem pela administração pública por atos magnificentes. Não havia outro caminho para escolher senão aquêle que o futuro da Pátria me apontava — não transferir a outrem a responsabilidade de enfrentar os problemas essenciais, de cuja solução dependia a libertação do país de um fatal estrangulamento no terreno econômico.

Nesta mensagem ao povo brasileiro, desejo, primeiramente, referir-me à situação política. Não poupei esforços conciliatórios para que viesse a prevalecer uma atmosfera pacífica, senão plenamente harmoniosa, pelo menos de tolerância recíproca, anunciadora de uma era em que a visão objetiva e a noção bem entendida dos interesses nacionais primassem sobre os extravazamentos, as demasiais, os excessos geradores de fermentações e desordens.

Visei, antes de tudo, ao lançamento de bases da boa convivência interna, em termos que possibilitassem o respeito mútuo e preservassem a Nação de um desprestígio internacional nocivo a seu bom nome e altamente prejudicial a seu intercâmbio comercial. Não creio factível qualquer realização duradoura, sem que a idéia do respeito à lei adquira raízes fortes. Felizmente — Deus louvado — nos afastamos progressivamente das soluções atentatórias aos nossos ideais de concórdia. A prática da democracia cria bases de segurança cres-

66

67

centes, e já nos estamos convencendo de que não há salvação fora da legalidade.

- 68 A meta política do atual governo foi a de integrar a política nacional na normalidade dos processos democráticos. Deliberadamente, não instiguei lutas partidárias, antes procurei amortecer-lhes o ardor. Agi com a decisão de não abusar dos poderes que me foram confiados para manter a ordem, gerir os negócios públicos da Federação e melhorar o patrimônio comum. Mesmo os mais encarniçados em se voltarem contra o regime não ousarão negar que me mantive fiel a todas as promessas de garantir e defender a lei, da maneira mais intransigente.
- 69 Doravante, poderão ferir-se quaisquer eleições, e o Chefe do Executivo manter-se-á em sua posição de árbitro sereno. Não haverá embaraços ao processo democrático dentro dos limites constitucionais.
- 70 Até o dia, previsto na Constituição, em que deverei passar a faixa presidencial a meu legítimo sucessor, continuarei a imprimir à minha ação o sentido de tornar mais vigoroso e mais tranqüilo o regime democrático no Brasil, e não desperdiçarei uma hora sequer de trabalho, desviando-a para disputas eleitorais, em detrimento da prosperidade e da recuperação do Brasil.
- 71 Estamos avançando no sentido de nosso desenvolvimento material, mas somos forçados a reconhecer-nos ainda muito atrasados, principalmente em relação aos países de alto grau de industrialização. Uma análise comparativa de nossa marcha com a das nações desenvolvidas resultará em algo de inquietante. Devemos ter a ambição de não nos contentarmos com o que fizemos, e o orgulho de não nos resignarmos a continuar em posição secundária. Na verdade, não se trata sequer de ambição ou orgulho. Creio que já existe, na consciência coletiva brasileira, a noção de que o nosso desenvolvimento é um imperativo de segurança nacional. Temos

de acelerar o passo, integrando-nos num ritmo de crescimento mais rápido. Cumpre-nos procurar, a todo o transe, o socorro da técnica moderna. Temos de ocupar, nos mapas econômicos e políticos, uma posição correspondente à nossa importância territorial e demográfica. A grande tese do nacionalismo brasileiro, a meta dos verdadeiros patriotas, consiste em diminuir a margem imensa que nos separa dos povos que se elevaram à prosperidade. Esse ideal constitui, por outro lado, um objetivo de prudência neste mundo de dura competição.

Para alcançarmos um ritmo de crescimento satisfatório é preciso que não apenas uma parte do povo brasileiro trabalhe, mas que o trabalho seja repartido igualmente entre todos. Vivemos num *deficit* permanente de trabalho. A hora exige que todos os brasileiros se integrem na ação redentora de nosso país.

Conheço as críticas e reclamações quanto à oportunidade de certas obras que resolvi levar adiante. Os que não têm a coragem de negar os empreendimentos essenciais que ataquei refugiam-se na questão da oportunidade. Nada lhes parece oportuno. Brasília era uma obrigação e um passo indispensável, mas importava esperar momento mais propício. As estradas de rodagem, que acabariam com a tragédia do isolamento, também haveriam de esperar melhor ocasião. Deveríamos indefinidamente relegar para futuro incerto as obras de Três Marias e a consequente regularização do Rio São Francisco. Que esperasse tempo favorável a sua população ribeirinha e visse, conformada, as enchentes destruidoras de suas humildes plantações, carreando-lhe a subsistência e as reservas para a estação das secas. Que tivessem santa paciência os brasileiros do interior que nada possuem e não encontram meios de transportar os parcos frutos de seus labores. Que tivessem confiança e fé em Deus os que não dispõem de

72

73

vias de comunicação com as zonas circunvizinhas. Que se alimeniassem de otimismo os que só têm encargos, os que não podem educar os filhos, nem vesti-los decentemente. Que ficassem para as calendas gregas as providências de defesa dos mais altos interesses do país, desde que relativos ao interior, escondidos, informulados. Para melhores dias o aproveitamento de zonas imensas de nosso território, de que só temos posse nominal, trechos ricos do Brasil — planícies, vales, extensões abandonadas onde vivem, em ninhos, indígenas cuja existência se descobre quando as árvores caem para que a comunicação se faça entre partes do Brasil até aqui isoladas. Em suma, na opinião dos negativistas, conviria deixarmos para depois tudo o que representa fortalecimento, melhoria do interior brasileiro. Para êles, o essencial é que haja poupança, que a prosperidade aparente e imediata nos torne despreocupados e nada façamos de grande no sentido de unificar realmente o nosso território.

74 Ora, a verdade é que jamais atingiremos o desejado equilíbrio sem que se multiplique o nosso potencial elétrico, sem que haja vias de comunicação, sem que o interior seja ocupado, as matas desbravadas, os obstáculos removidos, sem que, de fato, êste país esteja preparado para marchar harmônica e solidariamente. Não o faremos, enquanto se acumularem os progressos em certas e determinadas zonas e persistirem a pobreza, a desolação e o desamparo na maior parte do Brasil. Não tivéssemos um mínimo de arrôjo, e nunca viria a oportunidade de construirmos Brasília, ou de lançarmos os fundamentos da era industrial em nossa terra. Não é justo que se considerem excessivos os investimentos em regiões centrais do Brasil. A êles corresponderá o acréscimo de vigor, de unidade para o nosso país. São todos investimentos de rentabilidade segura e generosa, indispensáveis a que ponhamos em atividade coordenada o aglomerado de regiões que compõem o Brasil de hoje.

Ao iniciar êste relato sobre o que o meu governo planejou e está executando para o engrandecimento do país, desejo esclarecer que, pela primeira vez na história da República, o Governo Federal procurou conjugar, num plano cuidadosamente estudado e de vasta envergadura, os esforços de todos os setores da atividade nacional, isto é, a ação do Estado e o indispensável concurso da iniciativa privada. É evidente que, num país como o nosso, em que a ingerência do governo nos negócios privados é limitada pelo respeito às liberdades individuais garantidas pela Constituição e aos interesses da livre empréesa, não seria cabível nem lícito planificar a economia nacional de modo inflexível, subordinando a atividade no âmbito estatal a um esquema central rigidamente imposto, ou fixar aos diferentes setores da agricultura e da indústria objetivos que cumpria necessariamente serem atingidos. Quando começou, porém, a elaboração de um programa de metas para o desenvolvimento do país, o Governo Federal procurou exercer uma atividade coordenadora dos seus próprios planos de trabalho com os das diversas unidades federativas e, através da enunciação de objetivos de produção e de uma política de incentivo aos investimentos privados mais úteis à nossa economia básica, buscou orientar a iniciativa privada no sentido das tarefas mais urgentes. Foi assim que tomou forma definitiva o atual programa de metas, o primeiro de caráter verdadeiramente global já concebido entre nós.

Em suas linhas fundamentais, o programa de metas está satisfatoriamente traçado, inclusive no tocante ao levantamento dos recursos financeiros necessários. Dos projetos que dêle fazem parte, uns estão concluídos, outros se encontram em plena fase de execução e, dada a sua própria natureza, exigirão continuidade de ação administrativa. Assim, o próximo governo os poderá ultimar nas épocas em que se tornarão necessários ao desenvolvimento nacional. Adianto, a título

de exemplo, que cerca de 40 % dos investimentos do atual governo no setor de energia elétrica se destinam a projetos cuja inauguração se dará entre 1961 e 1965.

77 Esclareço, ainda, que, paralelamente ao programa de metas, o governo está aplicando vultosos investimentos destinados a financiar planos específicos em certas áreas, como a Amazônia, o vale do São Francisco e o Polígono das Sêcas. No caso especial do Nordeste, que estava a reclamar providências energéticas para pôr côbro aos sofrimentos de cerca de vinte milhões de brasileiros, determinei fôsse constituído um grupo de trabalho encarregado de estudar os complexos problemas da região, não mais com vistas a paliativos de ordem meramente assistencial, mas no propósito de transformar radicalmente a própria estrutura econômica nordestina.

78 A realização efetiva do programa de metas justifica, a meu ver, otimismo, pois que estão sendo atacadas sem esmorecimento. Muitas delas já foram atingidas antes do prazo estabelecido. Em relação ao petróleo, havíamos fixado uma produção de quarenta mil barris por dia no ano de 1960. A produção atual já se eleva a 62 mil barris. No setor da marinha mercante, fôra estipulada a meta de 400 mil toneladas *deadweight*, compreendendo navios de longo curso, de cabotagem e petroleiros. A tonelagem dos navios adquiridos, somada à dos que se encomendaram no exterior, levavam ao total aproximado previsto para 1960. Quanto aos fertilizantes para a agricultura, cuja meta era de 300 mil toneladas, conseguimos obter uma capacidade atual das fábricas que ascende a 400 mil toneladas. Em matéria de construção rodoviária, existia inicialmente a meta global de 10 mil quilômetros, dos quais cerca de 2 mil correspondentes a melhoramentos de estradas já em uso. Se adicionarmos às rodovias construídas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a quilometragem da estrada Belém-Brasília

e as realizações do Departamento Nacional de Obras contra as Sècas, veremos que a meta rodoviária se encontra cumprida nos dias que correm.

69
Registraram-se fatos ainda mais auspiciosos no que se refere à indústria automobilística. Partimos da estaca zero no ano de 1955, pois o Brasil contava únicamente com fábricas de montagem. Fixou-se, para 1960, a meta de produção de 100 mil veículos, com um índice médio de 80 % de peso por unidade inteiramente fabricada em território nacional. Ora, em 1958, a indústria automobilística nacional produziu cerca de 60 mil veículos. O ritmo de fabrico é de tal ordem, que permite prever com segurança a produção de 110 mil veículos em 1959. Nessas condições, o Brasil, que não figurava nas estatísticas da produção mundial de veículos automotores, deverá, nas cifras referentes a este ano, ser incluído em décimo lugar. Mesmo expondo-nos a críticas, demos prioridade aos automóveis no esquema da fabricação, porquanto só desse modo lograriamos atrair capitais e técnicos estrangeiros.

70
Graças ao sucesso da indústria automobilística, torna-se possível ao Governo promover, em 1959, a implantação da indústria de tratores no país. A indústria de automóveis tem sido, em todo o mundo, precursora e base da fabricação de tratores. O seu grande volume de produção possibilita o estabelecimento de indústrias auxiliares, que fornecem, também, as peças para os tratores. A demanda de máquinas agrícolas está ultrapassando a cifra de 40 milhões de dólares anuais, e as necessidades da mecanização são estimadas em valores mais altos. Assim, como uma consequência direta do progresso industrial do país, é dado agora, ao Governo, cogitar deste novo setor industrial, de enorme repercussão para a economia nacional.

71
Neste ponto, devo salientar que, ao ver certas metas atingidas antes do prazo, determinei a fixação de novos

objetivos nos mesmos setores, para que fôssem continuados os esforços já tão bem sucedidos. A nova meta do petróleo passou a ser de 100 mil barris diários para 1960. O programa das rodovias foi substancialmente ampliado, de modo que se tenham construído, em 1960, 17 mil quilômetros adicionais. A produção de veículos-automóveis orçará por 170 mil unidades, em 1960.

82 Claro está que a expectativa não foi ultrapassada em todos os setores do programa de metas. Isto implicaria um milagroso passe de mágica. Na maioria dos casos, vêm elas sendo cumpridas dentro das etapas fixadas para cada ano. A capacidade instalada de energia elétrica já atingiu a cifra determinada para o triénio 1956-58, isto é 3.850.000 kW. Como se sabe, a meta para esse setor consistia em elevar tal capacidade de 3 milhões de kW para 5 milhões em 1960. Quando assumi o Governo, o Brasil ocupava, no mundo, o vigésimo quarto lugar em índice *per capita* de potência instalada, o que mostra o acerto do plano governamental no sentido de elevar esse potencial para 8 milhões de kW em 1956. Qualquer esforço sério de industrialização pressupõe a existência de recursos energéticos suficientes, não apenas para atender às necessidades do presente, mas também à constituição de uma reserva de energia que supra a demanda decorrente da instalação de novas indústrias. Com vistas a essa expansão, duas grandes obras federais, estão sendo realizadas — a barragem de Três Marias e a Usina de Furnas. Uma vez concluídas, a potência total das duas usinas corresponderá à metade da potência existente em todo o país, no ano de 1955. Desde o início do século, ou melhor, de 1900 a 1950, não pudera o Brasil acrescentar ao seu potencial senão dois milhões de kW, precisamente o que conseguiremos em sómente cinco anos.

83 A barragem de Três Marias, a quinta no mundo em volume de terra deslocada, dará navegabilidade, durante